



CALÓGERAS E A SUA OBRA

Conferência pronunciada na Biblioteca do
Exército pelo Sr. ANTONIO GONTIJO
DE CARVALHO

Com o lançamento de um prêmio anual para o melhor livro sobre assuntos nacionais sob a denominação "Pandá Calógeras", a Biblioteca do Exército presta excepcional homenagem à memória do grande brasileiro. O único civil que na República foi Ministro da Guerra — e que ministro! — é assim distinguido pela útil instituição, que o benévolo biógrafo da Condessa de Barra, Franklin Dória, Barão de Loreto, Ministro da Guerra no Império, converteu em realidade, para democratizar a incipiente cultura de então.

"Nunca teremos uma verdadeira elite militar — escreveu um antigo governador de São Paulo — se os nossos oficiais, ao lado da profunda preparação profissional, não tiveram um longo e fecundo contacto com a história dos povos e não aprenderem a analisar, no estudo da filosofia, todos os aspectos da alma humana — as suas reacções, os seus impulsos, as suas contradições, as suas fraquezas, os seus rasgos de heroísmo."

É que advogava Ruy Barbosa, também apaixonado das coisas militares, nos maravilhosos artigos do "Diário de Notícias": a profissão técnica há de coexistir, no soldado, com a ciência da lei, o sentimento do direito, a veneração da justiça.

Nenhum civil, em nossa terra, estudou os problemas militares com tão entranhado amor, com tão integral dedicação, com ânsia tão grande de saber quanto Calógeras.

Em França — para citar apenas um país latino — existem os exemplos de Michelet, Thiers, Retz, Sainte Beuve e de Maistre, que realizaram largas incursões intelectuais pelos domínios da estratégia e da tática de guerra.

No Brasil, são assuntos êsses muito descurados pelos civis, tirantes poucas exceções de estudiosos, como Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, Ministro da Marinha, aos trinta anos, que sugeriu, orientou e decidiu a gloriosa passagem de Humaitá, autor de "A Marinha de

Outrora", verdadeira obra de política naval.

Calógeras foi o maior sabedor de tais problemas. Não me refiro ao conhecimento da história militar, em que o Barão do Rio Branco se aventajou, nem ao aspecto administrativo dos assuntos de guerra, em que se revelou o Conselheiro Afonso Pena. Refiro-me ao total conhecimento das necessidades das Fôrças Armadas, das suas peculiaridades técnicas.

Segundo Rondon, não teve o Exército melhor amigo. Nem melhor defensor, há de julgar a História. Na "Formação Histórica do Brasil", livro que escreveu para completar os "Capítulos da História Colonial" de Capistrano, esculpiu a seguinte frase, fruto de suas observações: "Tem sido a triste sina do Exército no Brasil nunca ter logrado ser compreendido pelas classes civis, especialmente pelos partidos políticos". Valiosa opinião de quem nunca foi louvaminheiro.

Sua paixão pelo Exército explica-se por ter sido êle um místico do patriotismo. Só admitia o Brasil uno e íntegro. Só compreendia os Estados como meras divisões administrativas.

Viveu absorto nos livros e com a pena na mão, o mapa do Brasil fotografado no cérebro portentoso. Como estadista e escritor, outra preocupação não teve — êle que não conheceu os prazeres mundanos — senão fortalecer, através das Fôrças Armadas, a terra que lhe serviu de berço, engrandecê-la, ante as demais nações do Universo, pela riqueza da produção e pelo aperfeiçoamento moral e intelectual da juventude.

O preparo técnico haurido na rigorosa Escola de Minas de Ouro Preto, colocou-o a serviço do Brasil. Fê-lo, com fulgor, logo ao ingressar no Parlamento Nacional.

Constituiu surpresa para a maioria dos contemporâneos sua atuação nitidamente brasileira, nacionalista. Tratava-se de um moço de ascendência helênica e de formação humanística ministrada por preceptores franceses e alemães e que, nos

idiomas de Racine e de Hesíodo, balbuciara as primeiras palavras e rezara as primeiras orações.

Sob a repercussão de notável curso de engenharia, supunham-no apenas forte sabedor de metalurgia, de mecânica, de geologia pura, de mineralogia, matéria esta que Henry Gorceix, seu concunhado, na lendária cidade da montanha e da pedra, preleccionava com alma. Ignoravam que o ambiente ouropretano aquecera ao rubro o seu patriotismo. Esqueciam que, ao período de sete anos, compreendido entre o término do curso profissional e a eleição para deputado federal, pelo Estado de Minas Gerais, o engenheiro illustre dera a lume uma série de monografias, de interesse fundamental para a economia brasileira, como as referentes ao mármore de Gandarella, ao meteorito e ao ferro de Santa Catarina, às explorações dos diamantes de "Água Suia", no Triângulo Mineiro, aos fosfatos de Ipanema, cujos estudos foram ampliados por Derby, Florence e Teodoreto de Camargo, a siderurgia Brasil e às Estradas de Ferro Federais. Era, então, o mais jovem dos colaboradores da prestigiosa "Revista Brasileira", quase sem rival, na fase brilhante de José Veríssimo, por congregar os maiores estudiosos das nossas coisas. Estava, portanto, Calógeras, ao emposar-se na cadeira de deputado, com vinte e sete anos incompletos, em condições de ser útil à sua Pátria, como o foi.

Discutiu, de início, como geógrafo, o Tratado que fixava as fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, analisando com segurança os mapas de Alcino Braga, Costa Azevedo e outros exploradores da região. O conhecimento do Brasil levou-o, poucos anos depois, ao exame exaustivo do Tratado do Acre, também sob o aspecto geográfico. Ambas as questões de limites, dada a sua natureza, foram discutidas em sessões secretas, só vindo à luz fragmentos das peças oratórias, o suficiente, porém, para se aquilatar do seu alto mérito. Nessas duas orações, está delineada a formidável

"Política Exterior do Império", obra de geografia humana o que, no exame da formação territorial do Brasil, dispensa os magistrados, longos e quase inacessíveis estudos de Rio Branco e Nabuco. Na "Política Exterior" cada capítulo é um livro à parte; assim o do tráfico, que Tristão de Ataíde julga melhor existente até hoje sobre o assunto, é o da *Expansão Territorial*, que, na opinião do Comandante Eugênio de Castro, é indispensável ao perfeito conhecimento da cartografia sul-americana. Os perfis de Felipe II, de Dona Carlota Joaquina e de D. João VI e as páginas da campanha de Wilbforce pela abolição da escravatura, não houve exagêro de quem os comparou aos melhores estudos de Oliveira Martins. Livro que não se alheia da história da nossa política interna, escrito num período, para o autor de aperturas financeiras, num ostracismo duro e injusto, que, entretanto, não lhe alterou a dedicação, sempre ininterrupta, ao Brasil.

Em carta a Domicio da Gama, recém publicada no volume "Correspondência", assevera Capistrano de Abreu que Calógeras era o homem que melhor conhecia o Brasil. Isto, em Janeiro de 1919, quando ainda não havia o estadista redigido alguns dos seus principais livros. Não lhe fez favor o erudito historiador cearense. Se Calógeras não viajou pelo nosso hinterland como Arrojado Lisboa; se não desvendou o nosso passado colonial como Capistrano; se não era a crônica viva do Segundo Reinado, como o terceiro Martim Francisco, a todos sobrepujou, porque, além de historiador, geógrafo, geólogo, mineralogista, poliglota, financista, economista, pedagogo, de alto coturno, foi homem de Estado, dos maiores, no consenso unânime dos comentaristas dos fastos da política nacional.

Apontam-se administradores na República — Rodrigues Alves é um deles — que primaram na ação administrativa, sem contudo sobresair como pensadores políticos. Houve grandes publicistas — Amaro Cavalcanti por exemplo — sem se

destacar, como um farol, na administração. Calógeras é completo: homem de pensamento e de ação, pertence à linhagem dos Viscondes de Ouro Preto e Rio Branco. A sua vida de gabinete foi larga preparação para a vida de governante, na observação, exata de Plínio Barreto. Não era ufanista como Afonso Celso — Júnior, nem pessimista como Paulo Prado. Sim, a energia, a ação construtora, numa terra em que, em regra, os políticos ou são idealistas utópicos, declamadores líricos, ou pertinazes demolidores.

Foi, talvez, o homem de govêrno mais aparelhado para reger os destinos do Brasil. Outro juízo não formulará quem lhe perlustrar a obra de legisladora, meditar os livros que êle produziu, e atentar para a sua ação como Ministro de Estado de três pastas.

Versou todas as matérias da administração, como se fôsse técnico em cada uma, o que, na realidade, é a definição de política, segundo Sales Júnior, vocação de homem de Estado, relator competente, na Câmara dos Deputados, do orçamento da Guerra.

Regista Joaquim Nabuco, em "Um Estadista do Império", que Angelo Ferraz era apto a gerir indiferentemente qualquer pasta e talvez todas ao mesmo tempo. Rodrigues Alves, tão seguro no julgar os homens, — o que constituía a sua força, o seu segredo — fêz de Calógeras juiz idêntico: ainda há pouco, Eloi Chaves, de cintilante na-lestra, me repetia êsse conceito, ouvido daquele seu amigo e chefe, o que vale o melhor dos atestados. Sendo estadista, e estadista de virtudes militares, Calógeras era o anti-demagogo por excelência, de decisão rápida e execução firme, professor de brasilidade pela pureza do seu nacionalismo.

Américo Jacobina Lacombe vai reeditar, na Brasileira, a obra de Calógeras. Cabe toda na imprescindível Coleção porque o cientista a serviço da eficiência do Estado só escreveu sobre o Brasil.

O Tratado clássico "La Politique monétaire du Brésil", inteiramente

desaparecido do mercado dos livros, e que entusiasmos despertou em Charles Gide e Gino Arias, será republicado em vernáculo, precedido, para adaptá-lo ao presente, de introdução do mestre de Moeda e Crédito, Eugênio Gudín, autor da importante obra "Princípios de Economia Monetária", em dia com a ciência que professa.

Para os amantes da história administrativa, que irão se integrar na nova série da obra parlamentar de Calógeras. Inédita, pode-se dizer, porque a geração atual tem ojerisa pela leitura do "Diário do Congresso", que vive mofando nas prateleiras das bibliotecas. Estou catalogando os originais dos seus discursos, pareceres e votos para a confecção de vários volumes, que irão se integrar na nova série da Brasileira.

Não creio que, no regime republicano, pela multiplicidade dos assuntos e lastros de cultura brasileira, haja no Congresso quem o tenha superado. É certo que de técnica legislativa avultam os trabalhos de um Melo Franco, de um Francisco Campos, de um Raul Fernandes, e na defesa dos grandes ideais de beleza, de justiça e de liberdade Ruy Barbosa despreendeu faixas de gênio, em orações comparáveis às de Cícero, que flexibilizou a língua latina.

Para precisar, porém, o meu pensamento, recorro-me do testemunho de Alves de Sousa que elevou, como jornalista, as colunas de "O Paiz" e do "Diário de Notícias". "Nenhum brasileiro — referia-se a Calógeras — aquêle encantador periodista que assimilou o estilo de Machado de Assis — teve da nossa realidade um descortínio mais completo, das nossas necessidades uma percepção mais aguda e de capacidade de progresso umã compreensão mais positiva".

Na primeira legislatura do seu mandato, no qual incontestavelmente se firmou como figura primaz da representação montanhesa, ainda não enriquecida com os valores do "Jardim da Infância", a série de discursos que Calógeras proferiu sobre transportes ferroviários há

de constituir fonte de estudos para os que desejam defrontar-se em matéria de propriedade de linhas férreas, arrendamento de tráfego, condução de locomotivas, utilização de material rodante e privilégios de zona. Não sou entendido nesses assuntos. Poderia repetir as palavras de uma feita, de Castilho Antonio: "Em minha boa e leal verdade: eu não sei senão muito poucas cousas". Mas a minha afirmativa é alicerçada na opinião do eminente engenheiro ferroviário, Alvaro de Souza Lima, que estudou a atuação de Calógeras como técnico de estradas de ferro.

Não me deterei no monumental parecer sobre "As Minas do Brasil e a sua legislação" por demais gabado pelos especialistas e que por si só daria lustre ao nome de seu autor. Insisto nos conhecimentos que revelou na análise de todos os orçamentos. A mesma competência, a mesma segurança. Ao debater, em plenário da Câmara dos Deputados, um tema de Marinha de Guerra — Calógeras era então quase um estreato na vida parlamentar — o cronista político de "A Tribuna", deputado ilustre aliás, lamentava que o jovem engenheiro não estivesse ascendido à cátedra de Escola Naval para difundir entre alunos, os ensinamentos de balísticas, que deu aos legisladores.

O volume sobre os problemas de Guerra, na fase de congressista, para os subscritores da Biblioteca do Exército, talvez o que irá despertar maior interesse. É realmente impressionante que um civil tenha dominado esses assuntos com tanta mestria. Conhecendo bem o seu Von Der Goltz e o seu Jomini, enfrentou certos deputados-militares, imbuídos das idéias de Comte e Lafitte, profundos na filosofia positivista, alheios, porém, à matéria específica da guerra, velhos soldados, cuja mentalidade era tenazmente combatida pelos jovens oficiais que se agruparam em torno à Revista "A Defesa Nacional".

Há uma belíssima carta de Tasso Fragoso a Calógeras, escrita, em 1913, de Uruguaiana, comunicando-

lhe que um discurso seu sobre Orçamento da Guerra fôra lido, no refeitório do Quartel, para toda a oficialidade, a qual exultara com as idéias renovadoras do civil-soldado, Tasso, o magno historiador das nossas jornadas militares, reconheceu a enorme superioridade do inclito brasileiro aos antagonistas. Essa carta, demonstração de um saber poliédrico, virá como prefácio do precioso volume.

Tasso Fragoso era grande amigo de Calógeras. Em 1908, quando esteve na Argentina como adido militar manteve correspondência amigável com o confidente político do Rio Branco. O pensamento daqueles dois apaixonados do Brasil estava inteiramente voltado para a questão Zeballos. Patriotismo sereno é o que reumava dessas cartas, que um dia talvez apareçam à luz do sol. Aliás, defendendo-se de uma injustiça de Gastão da Cunha, escreveu Calógeras: "Toda a minha correspondência poderá vir a público: nunca menti". Frase que define um caráter.

Outra obra, em vários tomos, retirada dos Anais Parlamentares, é a do Orçamento Brasileiro. Confesso que a minha tarefa ao reconstituí-la, foi praticamente nula. Arizio de Vianna, antigo Diretor do DASP, num trabalho de paciência, realizado há mais de doze anos, concatenou, por assunto, a imensa produção de Calógeras relativa à função precípua dos Congressos. Dividiu-a em sete grupos gerais, a saber: 1º) a técnica do preparo e da discussão do orçamento; 2º) Receita e Tributação; 3º) Despesa pública; 4º) Créditos suplementares; 5º) Tomadas de Contas; 6º) Emprevistos públicos; 7º) Emissão e inflação.

Apesar de em teoria ser antiemissionista, Calógeras não se apegou, quando no exercício de função governativa, a fórmulas rígidas. Vale pela melhor das lições o que, em seu relatório de 1915, quando Ministro da Fazenda, dissertou sobre a emissão de papel-moeda como meio ordinário de aliviar as apertu-

ras do Tesouro. São palavras de autêntico estadista:

"Emitir é sempre fácil, e o pendor humano de evitar responsabilidades por demais freqüentemente é levado a ceder a solicitações dessa natureza. Não no pode fazer, entretanto, um govêrno cõscio de sua responsabilidade. Emitir, como em nosso país se tem usado e abusado, não é remédio; vale por um expediente. Pode obrigar a empregá-la, a intelutável força dos acontecimentos. Diante dela, como perante a fatalidade, curvam-se vontades e doutrinas. Mas é sempre um recurso, nunca uma solução. O inevitável, por vêzes; não o regime normal. O doloroso resgate de erros anteriores, não o processo recomendável da regeneração financeira. Só em caso extremo aplicável, a nenhum govêrno é dado afirmar que nunca o empregará. Mas, por isso mesmo, só utilizável com a maior prudência, quando provado a ineficácia ou a impossibilidade de agir por métodos outros".

De uma opinião Calógeras jamais se apartou: as crises provocadas pelos desacertos dos governantes não se resolvem com decretos institucionais de emissão.

A visão de conjunto dos problemas brasileiros, êle manifestou com o famoso relatório confidencial sobre o Orçamento da receita para o ano de 1919, que redigiu, em pequeno lapso de tempo, a rogo do Presidente eleito da República, Conselheiro Rodrigues Alves. Calógeras sensibilizou-se com o pedido cosagrador do excelso estadista, dando de si o máximo esforço.

Rodrigues Alves, que já tinha sido grande presidente de São Paulo e do Brasil, quiz a cooperação do deputado mineiro, para que o seu segundo govêrno na República fulgisse como o primeiro. Esse relatório, publicado sob o modesto título "Problemas de Administração", é um roteiro para os homens que exercem cargos públicos, para todos aqueles que se dedicam ao estudo das coisas de govêrno.

Possuía os originais desse trabalho, redigido quase de uma arran-

cada, com poucas emendas, numa letra quase ilegível. Observei o mesmo em relação ao parecer sobre as Minas do Brasil: mil e oitocentas páginas de papel. Calcule-se o prodigioso esforço, sem auxiliares para pesquisa, numa época em que não havia a máquina de escrever, nem a caneta-tinteiro!

Enfim, a força hercúlea de reter o seguimento da idéia, mais veloz do que o caminhar, e que nos faz lembrar a atividade de Balzac com a "Comédia Humana".

Nesses trabalhos, o atuante Calógeras, preocupado apenas com a finalidade prática, com a objetividade, não apurava o estilo, que só o lazer permite. É a explicação de, em diversos trechos, notar-se alguma dureza, focalizada por certos críticos, parcos de pensamento, os quais naqueles estudos de fôlego, para realização de programas de governo, só enxergam galicismos e falhas de regência. Fato que não nos surpreende: Eça de Queiroz, nas habituais caricaturas, em que era mestre insuperável, costumava dizer que os escritores portugueses, que tão forte vinco deixaram em nossa literatura, nunca puderam ser homens de idéias por causa da paixão da forma.

Estadista completo, Calógeras não poderia ter se alheado dos problemas do ensino e da educação. Não desempenhou, em nosso país, o papel de um Sarmiento, de um Horácio Mann, de um Marti, o herói cubano. Publicou um livro sobre "Os Jesuitas e o ensino", cujas idéias em parte mínima refugou, ao envelhecer. Mas, em torno da escola primária, legou páginas imperecíveis. Pôs o dedo na chaga, com a crítica arrasadora feita à incompreensão do mestre-escola, que deveria ser o fator principal da unidade nacional, como o foi na Alemanha, reconhecido e proclamado pelo próprio Renan. Calógeras entendia que o mestre-escola precisava educar a criança e não simplesmente alfabetizá-la. Propugnava de "uma psiquê comum dos brasileiros, de laços unionais decorrentes da comunhão de ideal, de aspiração e de processos". Como advertência

a todos os governos deveria figurar no pórtico dos livros de educação, — vem estampado num de Sud Mennucci — o seu famoso aforismo: "Crise de caráter, crise de ensino, crise desintegradora, tudo são reflexos de um fenômeno só: a crise da escola primária".

Hoje há um público faminto de "Obras Completas". As de Calógeras não de figurar nas bibliotecas de todos os que anseiam pelo enriquecimento da "terra de promessa, isto é, de realidade prometida à realidade realizada", na frase sonora de Gilberto Amado.

O nome "Calógeras" há de crescer sempre: foi um antecipador, o signo do estadista. Naquele relatório confidencial, apresentado ao Conselheiro Rodrigues Alves, a par de tantas novidades para a época, pregou a racionalização dos serviços públicos, matéria em que, em nossa Pátria, fôra pioneiro.

De tantas realizações, foi profeta. Glycon de Paiva sumariou algumas: o sítio da usina siderúrgica da Belgo Mineira, em Monlevade, foi dividido por Calógeras trinta anos antes da sua realização; a instalação da grande siderurgia no Vale do Paraíba, êle a advogou em seu "Os problemas do Governo", outro livro básico de organização nacional, com essas palavras: "Na faixa atlântica, a preferência irá para o Rio; menor percurso para o produto; mercados distribuidores adjacentes para a Estrada de Ferro Central, bifurcando em Barra do Pirai para São Paulo e para Minas. Havendo recuo de foco de desordens que é o Rio, basta recuar para Oeste, no Vale do Paraíba". Uma das garantias da subsistência econômica de Volta Redonda, o processamento do produto até o acabamento em utilidades de ferro e aço, foi recomendada por Calógeras em suas "Minas do Brasil".

Nesta obra, fonte inexaurível para o conhecimento das nossas riquezas e solução dos nossos problemas, Calógeras propugna a nacionalização da indústria da monazita brasileira, isto é, o dever de obstar o embarque da monazita em outro,

Minas

de industrializá-la no país e de exportar os produtos elaborados.

Parecem escritos para os dias de hoje esses períodos datados de 1904, ano em que veio a luz aquele livro, verdadeiro *vade mecum* das nossas necessidades: "Urge estudarmos os meios de aproveitar o monopólio natural que possuímos como produtores de monazita. Do grande serviço prestado ao Brasil com a descoberta e valorização dos bancos monazíticos, quem lucra, por enquanto, são os descobridores, os contratantes com o Tesouro e este em certa escala. A coletividade não ajuíza os lucros que razoavelmente poderia colher, sem ofensa à justa remuneração do trabalho dos criadores desta riqueza. É a própria organização da indústria da monazita no Brasil que cumpre modificar".

A "Fundação Calógeras" está em entimentamentos com o proficiente Diretor da Biblioteca do Exército, Tenente-Coronel Umberto Peregrino, para obter uma fórmula que permita incorporar, sem se desligar da Brasileira, "A Formação Histórica do Brasil" à preciosa coleção mantida pelo Ministério da Guerra e da qual os militares tão justamente se ufanam.

Escrita primitivamente em inglês, para estudantes norte-americanos em viagem de estudos ao Brasil, é vasada num estilo simples, claro, apesar de algo sintético. Se não é superior às obras congêneres de Oliveira Lima e João Ribeiro, nada lhes fica a dever.

Calógeras, que tantos ramos do saber perlustrou, foi, sobretudo, historiador. Sob esse aspecto, seu espírito muito se assemelha ao do Barão do Rio Branco, por quem nutria ilimitada admiração.

Sem o conhecimento de sua própria história não pode um povo realizar, "na multiplicidade dos cidadãos, aquela unidade de consciência" que é, na frase de um escritor coeso o conceito mesmo de Pátria. A História não é tomada aí como simples narrativa de fatos, de ações, de gestos ocorridos no passado e classificados segundo critérios meramente didáticos; não será também, por brilhantes que sejam,

interpretações individuais d'esses acontecimentos, deduzidos à luz de convicções filosóficas ou políticas. Mas a História como sendo existência de Pátria, presente, permanente, atual, no seu desenvolvimento, nos seus problemas, nas suas lutas e nas suas crises. Ora, o Exército, que é a encarnação da própria nacionalidade, cuja vida e cuja atividade se consubstanciam com a Pátria, compreende, sente a necessidade vital de promover o ensino da História para informar a educação histórica que, no dizer de Benedetto Croce (La Storia Come Ponsiero e come Azione) "visa avivar as inteligências para compreenderem as situações reais, reportando-as às suas origens e situando-as nas suas correlações; ensina a ler os livros dos historiadores, não para ornato ocioso da memória ou estímulo excitante dos nervos, mas, para, por seu intermédio, buscar orientação no mundo em que se vive e onde se deve cumprir a própria missão e o próprio dever". Para tal ensino faz-se mister que os seus mestres, é Croce ainda que o afirma — não se confundam "com os pacientes pesquisadores de atas crônicas, nem com os eruditos que recolhem narrativas e documentos, nem com os compiladores de manuais históricos — mas sejam sempre homens diversamente operosos levados a meditar sobre situações que se criaram para dominá-las e ajudar aos outros a dominá-las, mercê de uma nova ação: políticos que escrevem história política, filósofos que escrevem história da filosofia, espíritos artísticos que buscam no conhecimento da história da arte o gozo das obras artísticas, homens de grande fervor cívico e moral que perscrutam com seriedade e rigor a história da civilização humana". Assim foi Calógeras, cujo nome dado a este prêmio é símbolo, é norte, é lição e é exemplo, para os que intentam cooperar com o Exército na obra grandiosa de manter vivo o espírito nacional.

Na minha convivência com o homem superior que foi Calógeras e que no fim da vida se apresentava aos meus olhos com um halo de san-

tidade, muitas lições recebi. A maior de tôdas, a que se gravou de maneira indelével na memória do coração, foi uma frase emocionante que dêle ouvi, quando já estava aniquilado pela moléstia que o vitimou.

Com a respiração ofegante, disse-me êle : "Penso no Brasil dia e noite. É uma idéia fixa". Êsse, o brasileiro que o Exército hoje reverencia.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULARIO ORTOGRAFICO DA LINGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.